

O SOCIALISMO INTERNACIONAL E A I GUERRA MUNDIAL

Muniz Ferreira

A deflagração da I Guerra Mundial no mês de julho de 1914, além de haver significado um acontecimento sem precedentes para os povos europeus, assinalou também o início da mais grave cisão jamais sofrida pelo movimento operário e socialista internacional.

Sua ocorrência se verificou em um contexto no qual percepções divergentes de previsibilidade e imprevisibilidade atingiram os representantes políticos da burguesia e do proletariado europeus de então.

Depois da vitória alemã na Guerra Franco Prussiana de 1870-1871, começaram a se delinear diferentes sistemas de alianças entre as principais potências europeias, fraturando desde o seu interior política e diplomaticamente o *status quo* territorial e militar instaurado pela *Convenção de Viena*.

A negociação de acordos, pactos e tratados públicos e (principalmente) secretos corroía sub-repticiamente os alicerces sobre os quais se apoiava o precário equilíbrio de poder entre as grandes potências do continente.

Também no plano teórico e cultural verificava-se uma evolução, através da qual o legado da ilustração francesa e as correntes de pensamento democrático e socialista passavam a ter suas influências renhidamente disputadas, quando não notoriamente superadas pelas correntes de ideias ligadas, não apenas ao conservadorismo autocrático e monárquico, características do período da Restauração na França, mais também das novas concepções, racistas, irracionaisistas e social-darwinistas.

Estes fenômenos histórico-políticos atuavam como impulsionadores de ações estatais voltadas intencionalmente para um “ajuste de contas” que para alguns – como a Terceira República Francesa, principalmente – proporcionasse uma reparação das perdas econômicas demográficas e territoriais da guerra 1870-1871. Para o Império Alemão tratava-se de eliminar definitivamente a competição com a França, consolidando sua hegemonia na Europa Ocidental. Já o Império Tzarista ambicionava ampliar sua influência sobre o continente europeu, infiltrando-se na região balcânica, onde um movimento pan-eslavista, que se rebelava contra duas potências imperiais em acelerada decomposição (os impérios Habsburgo e Otomano), parecia clamar por sua intervenção.

O Imperialismo

O fundamento econômico e social desta processualidade histórica encontrava-se – na avaliação de alguns dos principais analistas do movimento socialista internacional – nas transformações econômicas que caracterizavam o desenvolvimento do capitalismo mundial desde as últimas décadas do século XIX.

Após uma crise econômica que se estendeu da segunda metade dos anos 1870 até o início dos anos 90, ocorreram mudanças significativas na organização do sistema capitalista. Em primeiro lugar, uma grande concentração e centralização do capital na economia e na indústria das principais potências capitalistas europeia, assim como nos Estados Unidos.

Uma intensa e abrangente renovação tecnológica levou ao aparecimento de novos processos produtivos e a estruturação de indústrias, como a siderurgia, a indústria química, de automóveis, petroquímica e etc. Estas novas empresas exigiam desde o seu estabelecimento a abertura de seus capitais a uma gama maior de investidores e um entrelaçamento profundo as instituições bancárias, gerando o advento do capital financeiro.

O crescimento sem precedentes da escala de produção, a ampliação dos custos daí decorrentes, os compromissos para com um número crescente de investidores e a subordinação à lógica do capital financeiro impulsionaram os monopólios capitalistas à uma corrida frenética por novos mercados consumidores, fontes de matérias e candidatos á contratação de empréstimos bancários, no exterior.

A Segunda Internacional

Entre as modificações sociais geradas pela chamada Segunda Revolução Industrial, cujos contornos gerais foram mencionados acima, constam o crescimento quantitativo da classe operária, e a sua concentração em grandes conglomerados urbano-industriais. Estes fenômenos também tiveram, entre os seus corolários, o incremento da percepção da magnitude de sua importância social, por um número crescente de trabalhadores, favorecendo a formação de grandes sindicatos e partidos operários de massas.

Tal fator, por sua vez, gerou condições mais favoráveis à divulgação das ideias socialistas, dentre as quais, aquelas formuladas por Marx e Engels. Com o passar do tempo, partidos operários influentes e contando com o apoio de importantes contingentes de trabalhadores tornaram-se receptores e difusores de elaborações teóricas e/ou programáticas destes autores. Por outro lado, tais formulações eram simplificadas e esquematizadas para fins de popularização, acarretando certo prejuízo de seus elementos mais ricos e complexos e favorecendo sua assimilação às abordagens economicistas, positivistas e deterministas.

O avanço das lutas dos partidos e dos sindicatos operários de massas, que desde 1889, passaram a ter na Internacional Socialista um fórum internacional de compartilhamento de aprendizados e experiências, gerou conquistas econômicas e sociais significativas nos países de capitalismo mais avançado, em particular na Alemanha. Estas conquistas, obtidas a partir da adoção de táticas que concentravam a atuação política e sindical nas reivindicações de caráter mais imediato, repercutiriam na orientação estratégica do movimento socialista.

Partindo de uma priorização inicial nos objetivos imediatos, alguns líderes sindicais e dirigentes partidários passaram a manifestar um entusiasmo crescente com a obtenção daquelas conquistas, relegando os objetivos estratégicos de longo prazo à irrelevância, a saber, a conquista do poder pela classe operária e o desencadeamento da revolução socialista mundial. Este abandono na prática da perspectiva da transformação socialista encontrou, inicialmente, na obra do intelectual social-democrata alemão Eduard Bernstein uma elaboração orgânica e sistemática. Propondo não apenas uma mudança de foco nas lutas da classe operária, mas também uma revisão da teoria marxista, Bernstein lançou as bases teóricas de uma hegemonia reformista na Segunda Internacional.

Já do ponto de vista prático, esta mudança de enfoque conhece na França sua manifestação prática mais expressiva. Ali, o deputado socialista Millerand, ainda que em seu nome pessoal e à revelia do partido ao qual pertencia e pelo qual se elegeu, aceitou, em junho de 1899, integrar um governo burguês, encabeçado pelo primeiro-ministro Waldec-Rousseau, do qual fazia parte também o general Gallifet, um dos carrascos da Comuna de Paris, ocorrida dezoito anos antes. Esta atitude abriu uma profunda crise no PS francês e no socialismo internacional, culminando com a condenação de Millerand e do millerandismo, por parte das correntes mais combativas do socialismo internacional durante o Congresso de Paris (1900) da II Internacional.

Inversamente, constituía o Império czarista a mais autocrática das formações estatais europeias combinando, no plano internacional a função de gendarme da manutenção do sistema de poder reacionário da Convenção de Viena, com ações expansionistas e ambições hegemônicas de grande potência. Industrializado tardiamente em relação aos países capitalistas mais avançados, a Rússia engendrava uma sociedade de flagrantes desigualdades, cujo jovem proletariado se constituía crescentemente em uma força fundamental de contestação. Na sequência do fracasso militar do império na guerra russo-japonesa de 1905, os trabalhadores russos entraram em cena vigorosamente, estremecendo as bases do czarismo e impactando a política europeia com sua ousadia e criatividade. Derrotado pela contra-revolução estatal, o proletariado russo, no entanto, não apenas reiniciou o ciclo das insurreições revolucionárias europeias, paralisando desde o esmagamento da Comuna de Paris, mas também apresentou ao mundo um novo organismo de intervenção revolucionária, o soviete. Por isto, talvez não seja acidental o fato de que as personalidades socialistas que opuseram a mais tenaz e consistente oposição ao revisionismo bernsteiniano tenham sido quadros formados na escola política da social-democracia russa como Rosa Luxemburg e Vladimir Lenin.

Entre a guerra e a paz

Remonta aos textos de Marx e Engels a definição segundo a qual os trabalhadores de diferentes países vinculam-se solidariamente entre si, através de seus

interesses de classe, mantendo com suas respectivas burguesias relações de conflito, disputa e estranhamento. Emanava de tal formulação o princípio do internacionalismo proletário, expresso no plano prático na união entre os proletários de todo o mundo contra a burguesia internacional. A ela se associa outro princípio basilar da tradição socialista que é o *anti-militarismo*, a saber, a oposição à existência de forças militares permanentes e profissionais destinadas a reprimir as lutas da classe operária, no plano interno e a realizar guerras de agressão contra outros povos, no âmbito internacional. Estas noções orientaram a atividade dos partidos operários (socialistas e social-democráticos) até o princípio do século XX.

Na medida em que se delineavam no horizonte ameaças potenciais de conflitos militares envolvendo os estados europeus, a Internacional Socialista passou a considerar em termos mais práticos a atitude a ser adotada pelos partidos operários ante a eventualidade de guerra.

Da reafirmação das posições de princípio nos primeiros congressos, passou-se à discussão de medidas práticas a serem efetivadas. A palavra de ordem de “guerra contra a guerra” sintetizava o posicionamento então majoritário no socialismo internacional. Ela sinalizava o compromisso assumido pelas lideranças socialistas de sentido de responder à deflagração de uma guerra europeia através da ativa mobilização das massas operárias contra o esforço de guerra. As correntes mais aguerridas faziam apelos à greve geral operária e às ações insurrecionais, visando transformar o conflito bélico em revolução. Porém, setores influentes na direção de alguns partidos, nomeadamente o alemão e o francês, passaram a adotar um enfoque crescentemente nacional, quicá nacionalista, na avaliação do caráter da guerra que se avizinhava. Se, para alguns expoentes do socialismo francês, uma eventual vitória do Império alemão sobre o seu país acarretaria um retrocesso nas conquistas da classe operária, para certas personalidades da cúpula da social-democracia alemã nada poderia ser mais catastrófico de que um triunfo do Império Tzarista, o principal inimigo das liberdades democráticas na Europa, aliado da República Francesa. À luz de tais apreciações, o valor maior do internacionalismo proletário passava a sofrer a concorrência de abordagens que seriam estigmatizadas como social-patrióticas pela esquerda socialista internacional, abrindo o caminho para a adesão de setores da classe operária aos esforços de guerra dos governos burgueses.

Ciente deste perigo, o Bureau Socialista Internacional convocou para agosto de 1914 um novo congresso, que se realizaria em Viena. Não houve tempo; o troar dos canhões, duas semanas antes, assinalou o ingresso da humanidade na Primeira Guerra Mundial. Sua deflagração propiciou que se concretizasse a ameaça que pairava sobre o socialismo mundial nos anos imediatamente anteriores, o comprometimento da direção de alguns de seus partidos mais importantes com uma maior carnificina humana jamais experimentada até então, realizada em prol dos interesses imperialistas da grande burguesia internacional.

